



Ulysses e Pimenta recebem o presidente Sarney, em sua primeira visita ao Congresso

Sarney dá lição de harmonia

Convocação tem 2 frentes de luta

"Estou aqui prestando homenagem ao Congresso Nacional. Estou praticando a harmonia entre os poderes" — disse, ontem, o presidente José Sarney a uma multidão de jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos que acompanham sua visita à Câmara e ao Senado.

Deputado federal desde a década de 1950, ex-senador, o chefe do governo compareceu, pela primeira vez, ao prédio do parlamento, depois de se empossar no cargo, a 15 de março, para uma visita de cortesia. Foi saudado por todos os líderes com assento na Casa e saiu aplaudido pelos populares que, à saída, gritavam: "Viva José Sarney!"

Embora estivesse na Casa, o deputado Paulo Maluf não foi cumprimentar o chefe do governo. A maioria dos malufistas, porém, festejou José Sarney e fez questão de aparecer a seu lado, perante as câmaras de tevê.

Quando ele entrou no salão da Câmara, quase foi empurrado pelos cinegrafistas e seus ajudantes que tentavam acompanhar os passos do presidente a quem muitos queriam cumprimentar. Ele se sentou ao lado do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, com quem tomou café. Levantou-se, a cada vez que um parlamentar vinha cumprimentá-lo, o que aconteceu também a seu adversário, Flávio Marcílio, candidato à vice-presidência da República. Ele conversou com o líder do PT, Djalma Bom, e com o líder do PDS, Prisco Viana.

Ulysses lhe disse: "Apesar de ser hoje quinta-feira, não houve a revoada. Todo o mundo ficou para recebê-lo".

"E então, Prisco?" Disse, rindo Sarney.

O líder do PDS respondeu algo que os jornalistas não ouviram.

O líder do PMDB, Pimenta da Veiga, comentou: "O pacto já está aqui. Já estamos conversando".

Prisco negou: "Meu pacto afetivo com o presidente é antigo. O pacto político é outra coisa".

A deputada Rita Furtado (PFL-RO), brincou:

"Já me colocaram três vezes na fila para cumprimentar o presidente, só para dizer que a Casa tem muita mulher. Agora chega". Ao ver os repórteres, esclareceu: "Embora pelo Sarney eu viesse maistrês vezes".

Quando o presidente da República chegou ao salão nobre do Senado, sentou-se ao lado de seu presidente, José Fragelli. Do outro lado, antes dos líderes da Aliança Democrática, já se sentara seu colega de Academia Brasileira de Letras e entusiasmado eleitor de Paulo Maluf, Luiz Viana Filho.

Os senadores Roberto Saturnino (PDT-RJ), Nelson Crneiro (PTB-RJ), e Amaral Peixoto (PDS-RJ) cercaram o presidente da República pedindo-lhe solução favorável para o problema de pagamento de royalties sobre extração de petróleo no Estado do Rio. Ele prometeu solução favorável. Quando os senadores se dispersaram, o próprio chefe do governo chamou os funcionários do Senado:

"Ei, Edite", foi como chamou a diretora de comissões da Casa, Edite Balasini. Uma fila de funcionários se formou, inclusive de pessoal de limpeza, que abraçavam comovidos o chefe do governo.

Temia-se que Sarney, ao deixar o prédio do Congresso, fosse vaiado pelos metalúrgicos. Ao contrário, foi aplaudido com entusiasmo por plantadores de batatas do interior de Minas, que se aglomeraram ali e que inibiram os metalúrgicos. Somente quando o carro do presidente da República partiu na direção do Supremo, é que os operários paulistas se animaram a gritar:

"Queremos nosso emprego. Queremos nosso emprego!"

"A visita do presidente é um gesto de grande significado, que muito contribui para o fortalecimento da democracia.

Menezes de Moraes

O presidente José Sarney trabalha atualmente em duas frentes distintas, na batalha de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, a ser eleita em 15 de novembro de 86. Na primeira frente, Sarney tem uma equipe elaborando a mensagem que enviará ao Congresso no final de junho, propondo reformas na Constituição, para que a Constituinte possa ser convocada, pela quinta vez, na história do Brasil.

Na segunda frente, o presidente da República tem atualmente uma outra equipe de trabalho, do Ministério da Desburocratização, que está elaborando a chamada "Cartilha da Constituinte". Essa cartilha, elaborada com o apoio da Igreja e da Ordem dos Advogados do Brasil, ensinará ao cidadão comum, de forma simples e didática, o que é a Constituinte, que elegerá os novos governadores, todos os deputados estaduais e dois terços do Senado.

Por outro lado, o jurista Afonso Arinos de Melo Franco, que vai presidir a comissão de alto nível encarregada de criar o anteprojeto da nova Constituição, estará em Brasília dia 29. E encontrará, no Congresso Nacional, algumas vozes discordantes do governo, que entendem ser a convocação da Constituinte, agora uma prerrogativa do Congresso Nacional. O deputado Gastone Righi, líder do PTB na Câmara, garante que a sua emenda, neste sentido, será vitoriosa no Congresso, onde será votada dia 12 de junho.

Somente no final de junho é que o Congresso Nacional vai receber a mensagem do presidente José Sarney, que vai propor a convocação da Assembleia Nacional Constituinte para 1986. Atualmente, o governo está trabalhando cuidadosamente na elaboração dessa mensagem, segundo informou, ontem, o ministro José Hugo, chefe do gabinete civil da presidência da República.

O ministro José Hugo disse que o presidente Sarney será o

grande coordenador natural da Constituinte, pela sua condição de presidente de um país cujo modelo político é o presidencialismo. E reafirmou, por outro lado, que a missão dos constituintes a serem eleitos ano que vem será a elaboração de uma nova Constituição brasileira, cujo anteprojeto será elaborado por uma comissão de alto nível.

Como será

Esta comissão de alto nível, composta por juristas, será presidida por Afonso Arinos de Melo Franco. Afonso Arinos estará em Brasília dia 29, para receber importante condecoração do governo de Portugal, através de sua embaixada. O convite para presidir esta comissão de alto nível foi feito ao professor Arinos ainda pelo presidente Tancredo Neves.

E possível que, no dia 29, o presidente José Sarney faça formalmente o convite para o professor Arinos aceitar a missão de presidir essa comissão de alto nível. Por outro lado, o ministro da Justiça, Fernando Lyra, afirmou que esta comissão não será subordinada nem ao presidente Sarney, nem ao ministério da Justiça. Terá completa autonomia jurídica para elaborar o anteprojeto da nova Constituição.

Atribuições

Nessa questão das atribuições, no quem-é-quem na Constituinte, o ministro José Hugo, ontem, desfez alguns equívocos. Disse, por exemplo, que a missão do presidente da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, será de coordenar os trabalhos da Constituinte a nível de Congresso Nacional. Mas deixou claro que, caso Ulysses não queira essa tarefa, o presidente Sarney a exercerá em sua plenitude.

Já o ministro da Educação, Marco Maciel, entende que é o presidente Sarney — e não o deputado Ulysses Guimarães — quem deve assumir a coordenação dos trabalhos da Constituinte. Maciel invoca o prin-

cípio presidencialista de governo brasileiro para justificar sua tese. "Sarney é o líder maior da Nação," diz Maciel.

Mas uma coisa é certa: a Constituinte será convocada, mais uma vez e como sempre foi, por iniciativa do Poder Executivo, com o objetivo de atribuir poderes constituintes a todos os governadores que serão eleitos ano que vem, quando serão renovados ainda os cargos de deputados estaduais, deputado federal e os dois terços do Senado. No Senado, inclusive, a eleição dos constituintes vai extinguir a figura do senador pelo voto indireto.

A Constituição que os constituintes vão aprovar terá o seu anteprojeto elaborado pela comissão de alto nível, que será presidida pelo jurista Afonso Arinos. Esta comissão de alto nível será composta, além dos juristas, por representantes da Aliança Democrática. Mas o poder de sanção ou veto dos respectivos artigos da nova Constituição só poderá ser feito pelos constituintes.

Preparação

Por outro lado, paralelamente ao trabalho da comissão de alto nível, o governo vai preparar todos os brasileiros para a Constituinte, de maneira didática, segundo afirmou o ministro da Desburocratização, deputado Paulo Lustosa. O seu ministério, neste sentido, está elaborando uma chamada "Cartilha da Constituinte".

Lustosa informou que, para isso, o ministério da Desburocratização está contactando órgãos como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB e a Ordem dos Advogados do Brasil — OAB, pedindo fórmulas e sugestões de texto para a cartilha didaticamente mais simplificada, ao alcance de todos.

"Não queremos um trabalho maçudo, difícil de ser assimilado. Queremos uma Cartilha da Constituinte didática, fácil de ser entendida pelo cidadão comum", disse o ministro Paulo Lustosa.

Constituinte é única saída

Com a mensagem da convocação da Constituinte que o presidente José Sarney enviará ao Congresso, em junho próximo, o Brasil estará, pela quinta vez, elegendo uma Assembleia Nacional Constituinte. As anteriores ocorreram em 1823, 1889, 1934 e 1945. Em 1966, na vigência do Legislativo, o Executivo transformou o Congresso Nacional em Constituinte.

E ainda mais uma vez, com a mensagem do presidente Sarney, os brasileiros votarão numa Constituinte convocada por iniciativa exclusiva do Poder Executivo. Nunca o Legislativo assumiu a prerrogativa de convocar uma Constituinte. Esses dados fazem parte de uma conferência que o jurista Afonso Arinos de Melo Franco proferiu no Congresso Nacional, em 1982, sobre os poderes Constituintes do Congresso.

Crise de direito

Segundo Afonso Arinos, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte "é a única saída histórica pacífica para a grande crise brasileira, que é, antes e acima de tudo, uma crise de direito. O Brasil é um país sem ordem jurídica, e todas as outras ordens se ressentem disto". Para Afonso Arinos, o novo aumento que o País vive hoje, nesse período pré-Constituinte, poderá preparar algumas injustiças.

O protesto de Gastone

A mensagem que o presidente Sarney vai enviar ao Congresso Nacional, ao final de junho, continua provocando alguns ciúmes nos meios políticos, entre aqueles que entendem que essa deveria ser uma iniciativa do Legislativo e não do Executivo. O deputado Gastone Righi, de São Paulo, líder do PTB na Câmara e autor de uma emenda que vai a plenário para votação, dia 12 de junho, propondo que o Congresso convoque a Constituinte, considera a medida casuística o fato de Sarney convocar a Constituinte.

"O governo — disse Righi — nesse episódio de convocação da Constituinte, está mostrando razões tão velhas quanto à velha República, quanto aos governos autocráticos. A mensagem do presidente Sarney propondo a convocação da Constituinte, na verdade, não passa de ciúmes que o Executivo sentiu do Legislativo, quando soube que a minha emenda vai a plenário para votação no dia 12 de junho".

Autoria

Gastone Righi disse ainda que "existe um preconceito, no Brasil, de que o Parlamento não pode tomar iniciativas que visam a mudar as leis mais importantes do País. Mas o governo, com essa medida, não vai conseguir

apagar a autoria da emenda constitucional, que vai permitir a convocação da Constituinte. Essa emenda, é de minha autoria e eu a mostrei, por quatro vezes, ao então presidente Tancredo Neves, que a leu, aprovou-a e se comprometeu em apoiá-la".

Rebatendo críticas

Quanto às críticas de que a sua emenda tem algumas imperfeições de ordem técnicas, Righi desafiou o governo a prová-las "Imperfeita como? Eu perguntei isso ao líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, e ele não soube me responder. Eu não sou oportunista. Venho trabalhando nessa emenda a um ano e meio," disse o líder do PTB.

Pela emenda Righi, o Congresso Nacional poderá convocar a Constituinte e este poder será instalado na primeira sessão legislativa da próxima legislatura, que vai de 1987 a 1991. Juntamente com essa emenda, o Congresso Nacional tem ainda a emenda do deputado Alberto Goldman (PMDB-SP), que foi acolpada à emenda Righi e que, possivelmente, deixará de ser votada dia 12 por falta de quorum. Ou, então, votada e rejeitada, em função da mensagem de Sarney, propondo a convocação da Constituinte.